

Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família¹

Sabrina Daiana Cúnico
Dorian Mônica Arpini

Resumo: O presente estudo teve por objetivo compreender as concepções de família trazidas por mulheres chefes de família de periferia urbana, bem como identificar como as mães entendem seu lugar nesse contexto familiar. A pesquisa foi realizada com dez mulheres, mães, que compunham uma família monoparental e que residiam em periferia urbana. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram entrevistas semiestruturadas e grupos focais, sendo a análise feita por meio da análise de conteúdo temática. Os resultados apontaram para uma sobrecarga devido ao acúmulo de funções e certo apego ao modelo nuclear de família, gerando sentimentos de fragilidade e insatisfação entre as mães entrevistadas. Nesse sentido, destaca-se a importância da realização de intervenções que deem conta das questões que se apresentam após o fim do relacionamento amoroso, em especial quando se trata de famílias de periferia urbana, as quais representam um número expressivo da realidade brasileira.

Palavras-Chave: Relações familiares; Família; Monoparentalidade.

Family and female single parenthood under the view of women heads of household

Abstract: This study aimed to understand the meanings attributed to family by women heads of households in urban periphery, as well as identifying how mothers understand their place in the family context. This research was composed by ten women, mothers, who constituted a monoparental family, living in urban periphery. Data were collected through of semi-structured interviews and focus groups, both analyzed according to the thematic content analysis. The results pointed to an overload, due to accumulation of functions and certain attachment to the nuclear family model, generating feelings of fragility and dissatisfaction among those interviewed. In that sense, stands out the importance of promoting interventions to deal with these issues that arise after the end of the relationship, especially when it comes from families living in the urban periphery of the cities, condition experienced by a significant number of families of the Brazilian society.

Keywords: Family relations; Family; Single parenthood.

Introdução

A família nuclear – caracterizada pela composição pai, mãe e filhos – emergiu juntamente com a classe burguesa do século XVIII, sendo caracterizada pelo amor entre o casal, sua união em benefício do bem estar dos filhos, a valorização da maternidade e o estabelecimento de relações diferenciadas entre homens e mulheres (Reis, 2010; Roudinesco, 2003). Evidentemente, o fortalecimento deste modelo familiar impactou diretamente na vida de homens e mulheres. Neste arranjo, a mulher considerada frágil e pouco predisposta à atividade intelectual, estaria mais apta a abnegar de seus desejos,

¹ *Apoio e financiamento:* Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

ficando encarregada dos filhos e do cuidado com a casa. Isto é, coube às mulheres a responsabilidade pela vida privada da família. Em contrapartida, o homem, visto como mais forte e vigoroso, foi encarregado do provimento material, bem como da direção moral da esposa e de seus filhos, voltando-se, portanto, para a vida pública (Badinter, 1985; Reis, 2010; Roudinesco, 2003).

No contexto atual, a família nuclear coexiste com uma gama de outros arranjos familiares ricos em complexidade, tais como as famílias homoparentais ou homoafetivas, famílias monoparentais, famílias recompostas ou reconstituídas, etc. Diversos são os fatores que tiveram influência na consolidação destes modelos familiares, dentre os quais: as lutas de emancipação feminina e a possibilidade de divórcio (Bossardi, Gomes, Vieira & Crepaldi, 2013; Reis, 2010; Roudinesco, 2003; Silva, 2010).

Partindo da premissa de que o divórcio é um momento de transformação, entende-se que geralmente ele irá culminar em uma reorganização familiar, que pode ter caráter singular (famílias monoparentais) ou conjugal (famílias recompostas) (Grzybowski, 2002; Warpechowski & Mosmann, 2012). Estas observações visam destacar que, embora a estrutura se altere com a dissolução da conjugalidade, a família, enquanto organização, se mantém (Brito, 2014; Cano, Gabarra, Moré & Crepaldi, 2009; Cúnico & Arpini, 2013).

Nesse contexto de mudanças, cada vez mais mulheres estão ocupando a posição social que durante muito tempo foi de exclusividade masculina: a de chefes de suas famílias² (Pinto *et al.*, 2011; Macedo, 2008). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que o número de mulheres nesta condição aumentou de 22,2% para 37,3% entre 2000 e 2010. Destas, em torno de 17% dizem respeito às configurações familiares em que a chefia é exercida por mulheres com filhos e sem cônjuge (IBGE, 2012).

Em face dessa abordagem, faz-se necessário ressaltar o conjunto de mudanças realizadas pelo IBGE, a partir do censo de 1980, que acompanharam o movimento das transformações sociais, em especial no que se refere à queda do sistema patriarcal familiar. A primeira mudança se deu quando o recenseador passou a atribuir ao informante à tarefa de designar a pessoa que, segundo ele, detém a chefia familiar. Outra mudança importante ocorreu a partir da década de 90 com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, a qual introduziu o conceito de “pessoa de referência” no lugar de “chefe do domicílio”. Assim, foi deixada ao informante a tarefa de nominar a pessoa (homem ou mulher) que era responsável pela casa, indo de encontro a uma lógica dominante de que a figura masculina – marido ou pai – era sempre o chefe, mesmo em circunstâncias de inatividade (Macedo, 2008).

Considerando a especificidade das famílias de periferia urbana, estudos têm demonstrado que, de fato, muitas das famílias são chefiadas por mulheres que desempenham papel fundamental na educação dos filhos, na estruturação do cotidiano e na manutenção da casa (Carloto, 2005). Contudo, não é raro encontrar casos em que, mesmo que as mulheres sustentem economicamente suas famílias, frequentemente elas

² Neste estudo, o termo “mulheres chefes de família” será utilizado como equivalente a “famílias monoparentais femininas”.

sigam designando, em algum nível, um “chefe” masculino. Ou seja, nestas famílias a identificação masculina com a autoridade moral – a que confere respeitabilidade à família – não necessariamente se altera mesmo quando se tem a mulher no papel de provedora (Sarti, 1994).

Vale mencionar que as famílias monoparentais femininas não necessariamente são decorrentes de um divórcio ou de uma separação conjugal. Elas podem ser compostas por mulheres solteiras, viúvas ou ainda por mulheres que coabitam com os filhos, parentes e outros agregados (Macedo, 2008; Nixon, Greene & Hogan, 2012). Grande parte delas, no que tange às periferias urbanas, são provenientes de uma gravidez precoce ou não planejada, instabilidade familiar e/ou abandono (Pinto *et al.*, 2011) e não, necessariamente, pela adoção de um modelo alternativo de relações familiares (Amazonas, Damasceno, Terto & Silva, 2003). Desta forma, estas famílias são, em grande parte, associadas às situações de vulnerabilidade econômica, uma vez que a mulher, além de ser a provedora do sustento familiar também assume funções domésticas e de cuidado com os filhos, o que a vincula em trabalhos mal remunerados em tempo parcial ou intermitente (Carloto, 2005; Costa & Marra, 2013).

De fato, ao passo que é o trabalho e a emancipação feminina os responsáveis pela inserção das mulheres de classe média no mercado de trabalho, no que tange às mulheres de periferia urbana, o elemento motivador para esta inserção é, na maioria das vezes, a luta pela sobrevivência (Costa & Marra, 2013). Contudo, concorda-se com Macedo (2008), que ressalta a importância de que outros aspectos sejam levados em consideração ao se trabalhar com esta configuração familiar, como a etapa do ciclo de vida, a raça e a etnia, participação em redes de apoio e solidariedade, natureza do vínculo mantido – ou a inexistência dele – com o pai de seus filhos, de modo a não vitimizar as mulheres que vivem nesse panorama. A partir destas considerações, o objetivo deste estudo foi compreender as concepções de família trazidas por mulheres chefes de família de periferia urbana, bem como identificar como as mães entendem seu lugar neste contexto familiar.

Método

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo (Minayo, 2012), a qual tem por foco a exploração das opiniões e representações sociais sobre a temática que se pretende investigar (Gomes, 2012). Assim, o pesquisador buscará apreender a complexidade desta experiência, estabelecendo significados para o fenômeno investigado a partir da visão dos participantes (Creswell, 2010).

Integraram este estudo dez mulheres, mães, que compunham uma família monoparental e que eram residentes em uma periferia urbana do interior do Rio Grande do Sul. Na escolha pelas participantes, não houve qualquer restrição em relação ao estado civil das mesmas, bastando que não residissem com o pai do(s) filho(s) ou outro companheiro. As mulheres tinham entre 22 e 49 anos, sendo sete delas solteiras, uma separada e duas divorciadas. O tempo médio de separação da última relação amorosa variou de nove meses a quatro anos e apenas uma das entrevistadas possuía outro relacionamento no momento em que a entrevista foi realizada. Todas as participantes estavam empregadas, sendo este conjunto representado pela mais diversa gama de

profissões como, por exemplo: garçomete, auxiliar de serviços gerais, confeitadeira, atendente entre outras. Das dez entrevistadas, somente quatro não recebiam pensão alimentícia, sendo que destas três já haviam entrado com uma ação judicial para solicitar o pagamento e apenas uma relatou não ter interesse em receber nenhuma quantia do ex-companheiro.

O estudo foi conduzido por meio da realização de entrevistas semiestruturadas e grupos focais. A utilização da entrevista se deu por entender-se que seu emprego, em uma pesquisa qualitativa, auxilia a explorar em profundidade os pontos de vista dos entrevistados (Gaskell, 2005). Os grupos focais foram empregados como instrumento complementar às entrevistas semiestruturadas. Sua utilização foi pensada em função de se esperar que no grupo, através da possibilidade de troca e da circulação das experiências vivenciadas pelas mães, elementos que por ventura possam não ter se revelado nas entrevistas viessem à tona neste momento, de forma a enriquecer a pesquisa através deste instrumento (Barbour, 2009).

A partir de consulta ao cadastro do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, foram contatadas àquelas mulheres que atendiam aos critérios de inclusão. Os contatos foram feitos por telefone e as entrevistas foram realizadas respeitando a disponibilidade de cada participante e a partir de seu consentimento verbal e escrito (assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Todas as entrevistas aconteceram nas dependências do CRAS e foram gravadas e transcritas na íntegra para posterior análise. Esta fase da pesquisa aconteceu no período de janeiro a março de 2013.

Na etapa de realização das entrevistas, as mulheres foram convidadas para participarem de um segundo momento da pesquisa, envolvendo os grupos focais. Ainda que no momento da entrevista individual todas as participantes tenham concordado em dar seguimento às suas participações na pesquisa, das dez entrevistadas, seis foram as que compareceram nos grupos nos horários previamente agendados. Em relação às ausências das quatro mães, cabe informar que as justificativas estiveram basicamente relacionadas ao trabalho, como por exemplo: indisponibilidade de tempo em função da rotina de trabalho e necessidade de substituição de colegas que faltaram ao serviço. Desta forma, realizaram-se dois encontros contendo três mães em cada um deles.

Os grupos foram disparados por duas situações problemas, elaboradas a partir da realização e análise das entrevistas individuais. Uma das situações se referia ao afastamento paterno após o final da relação amorosa e a outra ao advento da gestação em um momento instável no relacionamento do casal. Do mesmo modo que as entrevistas, os grupos foram gravados e transcritos na íntegra. Esta fase da pesquisa aconteceu durante o mês de maio de 2013.

Para a análise dos dados, utilizou-se como referência a Análise de Conteúdo Temática proposta por Bardin (2011). Desta forma, realizou-se a leitura individual de cada entrevista – leitura inicial flutuante – possibilitando que fossem constatados aspectos comuns entre as narrativas das entrevistadas, que foram ao final analisadas conjuntamente. Esta análise da totalidade do material das entrevistas impulsionou a criação das situações problemas já referidas. Em seguida, realizou-se a leitura individual das transcrições dos dois grupos realizados.

Após a leitura exaustiva das entrevistas e dos grupos focais, individualmente e após em conjunto, o que permitiu a familiarização da pesquisadora com os dados obtidos, foi realizada a decomposição do material em temas-eixo (Bardin, 2011). Estes temas foram postos em quadros para melhor visualização, sendo as colunas preenchidas com os conteúdos retirados das entrevistas e dos grupos. Tais quadros forneceram a base das categorias estabelecidas para a análise. As categorias de análise foram construídas em função da força discursiva com que se fizeram presentes, das temáticas que se repetiram e ganharam mais ênfase nas colocações das mães. Certamente outros olhares, concepções e singularidades se fizeram presentes, mas não tiveram a força de tornarem-se categorias temáticas.

Cabe mencionar que este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria e aprovado antes de sua execução, em conformidade com as diretrizes do Conselho Nacional de Saúde, sob o número CAAE 05021912.7.0000.5346. A fim de preservar a identidade das participantes, as falas serão apresentadas pela letra M (mãe), seguidas do número que representa a ordem da realização das entrevistas e serão diferenciadas pelas letras E (entrevista) e G (grupo) de modo a ilustrar em que momento tal narrativa veio à tona.

Resultados e discussão

Os resultados serão apresentados e discutidos conjuntamente a partir das categorias de análise: “*A família seria pai, mãe e filhos, né?*”: o apego ao modelo nuclear e “*Eu me sinto extremamente carregada*”: a mãe na família monoparental de periferia urbana, utilizando-se de recursos teóricos e recortes das entrevistas e dos grupos.

“A família seria pai, mãe e filhos, né?”: o apego ao modelo nuclear

Com a legitimação do divórcio, ocorrida no Brasil em 1977, o número de dissoluções matrimoniais cresceu aceleradamente e evidenciou diferentes modelos e padrões de família para além da família nuclear (Vieira & Souza, 2010; Wagner, 2002). No entanto, os posicionamentos assumidos pelas participantes deste estudo, mulheres que compõem famílias monoparentais, elucidaram que a família nuclear segue no imaginário social como sendo o ideal de família, conforme bem o demonstram os recortes a seguir.

“Atualmente não porque falta um marido, né? [se constituiu a família que gostaria] Eu casei pensando que ia ser pra sempre, mas não foi o que aconteceu (...) eu sempre ouvi falar que o pai é a cabeça da família, né, então... se não tem o pai, não tem uma família fundamentada, né?” (M2- E).

“Não, porque a família seria pai, mãe e filhos, né? [se constituiu a família que gostaria] seria os meus filhos, eu, meus filhos e um pai, né, e não foi isso que aconteceu” (M4- E).

“Eu sempre digo [para o filho] ‘o que tu tá vendo, não é assim a família, família é pai, mãe, filho, tudo junto, então tu procura fazer uma família, sabe, que não tenha essa separação, essas coisas’ (...) então eu sempre procuro dar esse conselho pra ele, sabe, que na verdade a família não é a mãe e o filho, geralmente, tem que ter o... a família é o pai junto, né? (M1-G).

Depreende-se, a partir das falas das participantes, que as posições evidenciadas neste estudo parecem não estar em consonância com as mudanças sociofamiliares que se vivenciam atualmente. Com efeito, ao mesmo tempo em que a situação concreta de muitas das famílias de periferia urbana – a falta do pai biológico, o papel da mulher na manutenção da casa e a desproteção das crianças – as afasta da realização familiar aos moldes do modelo nuclear burguês, ela também o legitima como sendo o modelo ideal de família, impedindo-o que desapareça (Amazonas *et al.*, 2003; Peres, 2001).

Interessa observar ainda que, para muitas das mães entrevistadas, a separação se configurou como sendo um marco, o qual estabeleceu o “fim” da família com a qual idealizavam.

“Olha... ao meu ver sim, até a separação acredito que sim [se constituiu a família que gostaria] Pra mim é... acreditava ter uma família” (M6-E)

A família nuclear parece assumir para estas mães a condição de família modelo, aquela que é buscada e desejada, uma vez que representaria o “sucesso” de uma configuração familiar. Isto justificaria os posicionamentos assumidos pelas participantes que parecem estar atravessados por uma certa insatisfação com a família que hoje constituem. Dados semelhantes foram encontrados no estudo de Peres (2001), o qual, após ter acompanhado famílias de periferia urbana de Goiânia, identificou que para diversos pais e mães o sentimento era de não ter conseguido formar a família desejada ou em conformidade com as suas expectativas.

Nesse ensejo, observa-se “uma espécie de sentimento nostálgico de estabilidade que acaba conduzindo as pessoas a se apoiarem em modelos de família hoje difíceis de sustentar” (Reis, 2010, p.106). Desse modo, mesmo com a diversificação cada vez mais intensa de arranjos familiares, ainda é na configuração familiar nuclear que muitas pessoas, incluídas aqui as participantes desta pesquisa, parecem se apoiar. Pode-se pensar que isto se dê em função dos papéis de pai, mãe e filhos estarem, de certa forma, mais claramente definidos na família nuclear (Pereira, 2011; Reis, 2010), o que acaba por reforçar uma certa condição de solidez deste modelo frente às demais configurações familiares.

À parte das transformações vividas pela família contemporânea, nas famílias de periferia urbana, os padrões patriarcais e os valores tradicionais do homem como sendo o mediador entre a família e o mundo externo ainda persistem, reafirmando a ideia de autoridade masculina e fragilizando socialmente aquelas famílias em que não há um homem no ambiente familiar (Sarti, 1994; 2005). As falas a seguir são exemplares nesse sentido.

“Um pai é um... que que eu vou te dizer, a família, né, os filhos, o pai e a mãe, é uma estrutura, né, o momento que tu não tiver um pilar, tu já sente o desequilíbrio, né, tu vai ver que aquilo ali não vai ser fácil” (M10-E).

“Ai, a importância de um pai... ah, eu acho que é a estrutura né, o pai e a mãe junto é mais fácil de manter a estrutura da vida, da criança, de tudo, entendeu, até mesmo pra educar, pra tudo, né? (M8-E).

“Eu acho que é muito importante [a presença do pai no ambiente familiar]. Tinha que ter... em casa teria que ter a presença do pai” (M9-E).

Nesta perspectiva, observa-se que o papel da mulher na família se dá dentro de uma estrutura em que o homem é essencial para a própria concepção do que é família

(Sarti, 2005). Assim, a presença masculina em casa parece se tornar, para estas mães, fundamental. Nesse ensejo, percebe-se que, ainda que as participantes componham um arranjo familiar contraditório à lógica patriarcal, é possível perceber resquícios dela em seus relatos (Perucchi & Beirão, 2007).

Contudo, é interessante pontuar que, embora boa parte das entrevistadas tenha relatado que não compõem a família tal como gostariam, não resta dúvida de que a família, embora em configurações diversas, ainda continua sendo reivindicada como o único valor seguro ao qual ninguém quer renunciar (Roudinesco, 2003), tal como indica a fala a seguir.

“Pra mim família é um alicerce de tudo, né, é o que tu tem, né? Sem família, o que que tu é? (...) é o que te estrutura pra ti seguir em frente, né? porque tu sozinho o que que tu é? Tu não é nada. Eu penso que família é isso, família é tudo, né, se tu analisar não tem o que...qual é a pessoa que vive sem ninguém? Ninguém vive sem ninguém, né, é o meu pensamento sobre família...(M10-E).

Entende-se que é na família que irão acontecer as primeiras identificações, as quais servirão de base para identificações futuras. Ademais, é considerando que a família é a principal formadora da identidade e responsável pela produção dos comportamentos de seus membros (Amazonas *et al.*, 2003), que se reforça a importância de que ela seja vivida em sua plenitude. Isto porque se considera que o mais importante é a qualidade das relações estabelecidas entre seus membros, independentemente da configuração que a família possua (Grzybowski, 2002; Wagner, 2002).

“Eu me sinto extremamente carregada”: a mãe na família monoparental de periferia urbana

Notadamente, no que se refere à estrutura familiar, o número de lares chefiados por mulheres tem aumentado consideravelmente (Bossardi *et al.*, 2013; Carloto, 2005; Pinto *et al.*, 2011; Macedo, 2008). Entre os desafios que se apresentam às mulheres chefes de família de periferia urbana está a importância atribuída ao lugar do homem/pai no contexto familiar. Mesmo quando ele não é o provedor da casa, como é o caso das participantes deste estudo, a sua “presença” permanece necessária, uma vez que ele garante o respeito e representa a autoridade moral familiar (Sarti, 1994; 2005).

“Eu sempre coloquei pros meus filhos assim: respeito, porque ele pode não estar em casa, mas ele é responsabilidade... é responsável pela casa (...) acho que criei eles achando que o pai dentro de casa era a responsabilidade e o respeito” (M3-E).

“Eu acho que primeiramente um pai ele põe respeito dentro de casa, né, aquela coisa... família é o homem da casa, né, é o homem da casa” (M5-E).

É neste contexto que cumprir o papel de provedora da família não se configura como sendo o maior problema para a mulher de periferia urbana, acostumada a trabalhar (Pinto *et al.*, 2011; Sarti, 2005). O problema está em sustentar e manter a dimensão do respeito e da autoridade que é tradicionalmente conferida pela presença masculina (Perucchi & Beirão, 2007; Sarti, 2005).

No entanto, inegavelmente, tem-se observado que a mulher que assume a monoparentalidade familiar tende a enfrentar certa dificuldade econômica (Nixon, Greene & Hogan, 2013; Perucchi & Beirão, 2007; Wallerstein & Kelly, 1998), principalmente quando passa a ser a única provedora do lar, conforme indica o relato a seguir.

“Eu disse ‘olha gurias, por mais que tu dê o primeiro passo para a separação, é doído, é bastante complicado porque tu se vê sozinha, tu se vê na parte financeira assim, mal, tu tem que arcar com tudo, sabe, tu não saber da onde que tu vai conseguir tirar, tu não tem ninguém que cuide do teu filho pra ficar, pra tu sair pra trabalhar’ (M1-G).

Consoante aos dados trazidos pela literatura (Carloto, 2005; Cúnico & Arpini, 2014), algumas mães relataram não contar com o apoio do ex-companheiro, o qual também teria se afastado física e afetivamente dos filhos após o término da relação. Nesse contexto, o que se percebe, é que o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, o que possibilita que elas sustentem economicamente suas famílias, não é proporcional ao crescimento dos homens na vida doméstica e de cuidado com os filhos, ainda que existam muitos pais que desempenhem tais funções (Badinter, 1985; Freitas *et al.*, 2009; Staudt & Wagner, 2008).

“Ele é uma pessoa que não tem compromisso com nada, sabe... isso daí eu sinto muita falta porque nesse lado me sufoca demais porque é elas, tem o trabalho, tem elas, tem o... é tudo, sabe, e é eu, se elas tem que comer é eu, sabe, se elas tem que ir pro médico sou eu, nada é com ele, sabe, ele não se preocupa com nada (M10-E).

Diante desta falta de suporte, a mãe se vê como a única responsável pela família e pode passar a assumir uma dupla jornada de trabalho para suprir as necessidades da casa (Nixon, Greene & Hogan, 2013; Perucchi & Beirão, 2007; Rocha-Coutinho, 2013). Além disso, a necessidade de cuidar dos filhos é, muitas vezes, um empecilho para que as mulheres obtenham trabalhos mais bem remunerados e com registro em carteira, o que as leva a optarem por serviços informais ou com horários não tão rígidos (Pinto *et al.*, 2011).

“Eu não posso largar tudo, vamos supor, eu faço faxina hoje porque eu não posso ter um emprego fixo assim né, por causa delas, porque eu tenho que tá sempre correndo com elas assim, entende? (...) também não posso largar o meu serviço, se eu não trabalhar eu não como, entende?” (M2-E).

Nesta perspectiva, tornou-se visível o interesse das mães em contar com a participação do ex-companheiro, principalmente para compartilhar responsabilidades e problemas (Carloto, 2005; Nixon, Greene & Hogan, 2013). Questões relacionadas à tomadas de decisões e à sexualidade dos filhos foram alguns pontos explicitados pelas entrevistadas, tal como ilustra a fala desta mãe.

“Assim... quando as filhas arrumam um namorado, né... aí quer ir pra casa do namorado, quer sair, né? Aí tu fica em dúvida... “Será que eu deixo ir? Será que não?”, né? Aí eu fico pensando, se o pai dela tivesse aqui, né... talvez a gente podia conversar e discutir, né? Daí tu tem que resolver tudo sozinha, né. Eu acho falta, né, de uma opinião, né?” (M7-E).

Nesse âmbito, as mães se reconheceram desempenhando concomitantemente as funções de pai e mãe no que tange ao cuidado com os filhos. Tal situação aumentava a sensação de estarem sobrecarregadas, uma vez que também eram responsáveis pela manutenção da casa (Grzybowski & Wagner, 2010; Hernández & Pérez, 2009; Pinto *et al.*, 2011; Rocha-Coutinho, 2013).

“E... faz falta o pai, porque a gente tem que fazer dois papel ao mesmo tempo, né, tanto fora de casa quanto dentro de casa, então é difícil, é bem difícil (...) se eu tivesse

um marido, né, eu poderia ter um esteio dentro de casa, né? Eu poderia ter mais uma segurança a mais, né, dentro de casa...”(M2-E).

“Eu que tenho que repreender, eu tenho que bater, eu tenho que por ele de castigo, eu tenho que ser boa, tenho que ser má, tenho que ser pai, tenho que ser mãe, sabe? (M4-E).

“Eu me sinto extremamente carregada, eu tenho que alimentar, eu tenho que educar, eu tenho que fazer tudo sozinha, sabe, o meu papel e o papel deles, né? (...) Se o pai tivesse ali presente, a gente ia dividir as... né, eu não digo presente comigo, entendeu, eu digo presente com os filhos, né? A gente ia poder dividir um pouco dessa... que é uma carga, uma carga que a gente carrega bem pesada, né?” (M8-E).

Os aspectos acima referidos remetem ao excesso de funções que a mulher chefe de família agrega quando não conta com o suporte do homem/pai dentro do ambiente familiar. Nesse contexto, chama-se a atenção para a fala da participante M8, quando esta diz *“eu não digo presente comigo, entendeu, eu digo presente com os filhos, né?”*, o que parece deixar claro que a demanda por este suporte está relacionada ao envolvimento do pai com seus filhos e não necessariamente a um anseio por restabelecer o relacionamento desfeito.

De forma geral, a ausência do pai pode colaborar para uma mudança na relação entre a mãe e seus filhos, levando a mãe a ser mais rigorosa na intenção de preencher o vazio deixado pelo pai (Perucchi & Beirão, 2007). Da mesma forma, em função da sobrecarga de funções, algumas mães podem acabar por descarregar esta tensão nos filhos (Wallerstein & Kelly, 1998). A fala a seguir é elucidativa nesse sentido.

“Às vezes eu to muito cansada, eu to muito... to muito solitária de vez em quando, to muito entediada, to muito... to muito irritada de vez em quando (...) me da vontade de bater nele assim por pouca coisa que ele faça, pra mim descarregar. Eu sei que isso não é certo, isso é errado, isso é horrível, mas eu acho que eu aproveito a hora que ele faz alguma coisa e que eu vou bater nele, eu acho que eu descarrego muito nele” (M4-E).

Tradicionalmente, o trabalho feminino foi, e por vezes ainda o é, considerado como complementar ao salário do marido no orçamento familiar. Além disso, as mulheres ainda são vistas como as responsáveis pelos trabalhos domésticos e, em especial, pelo cuidado com os filhos. Assim, ao tomarem para si a chefia de suas famílias, as mães parecem ter que dar conta destes dois mundos – a flexibilidade em relação ao emprego e o cuidado e o gerenciamento da casa –, o que as coloca, frequentemente, no limite de um esgotamento nervoso (Castells, 1999), tal como a fala anterior ilustrou.

Nesta perspectiva, compreende-se a razão pela qual as mães que integraram este estudo tenham afirmado com tanta clareza qual é a importância da presença do pai, no que para elas constituiria um modelo familiar exemplar. Assim, quando esta figura importante falta, os desdobramentos dessa ausência se fazem sentir também no estado psicológico da mãe e conseqüentemente na sua relação com seus filhos, o que talvez explique a utilização frequente da palavra sobrecarga – remetendo-se a um acúmulo de funções.

Por outro lado, ainda que a demanda pelo compartilhamento de tarefas tenha sido amplamente mencionada pelas entrevistadas, é importante refletir até que ponto as mães realmente tornam possível este compartilhamento. Não se pode negar que muitas mulheres não conseguem se desvincular do modelo que lhes aprisiona, de mãe dedicada

e principal responsável pelos filhos, ainda que se descubram sobrecarregadas com o cuidado das crianças e seu exercício profissional. Para muitas delas, “dividir essa função com o pai seria vivenciado como um poderoso abalo em sua identidade, algo que temem não suportar” (Reis, 2010, p.118).

Neste cenário de mudanças significativas no cenário familiar, duas transformações se impõem. Uma delas envolve as mães e a necessidade de que elas abram espaço para que os pais ocupem um lugar importante dentro da família e possam desenvolver o seu papel, compartilhando de forma mais igualitária as funções da parentalidade. A outra, diz respeito aos homens/pais, no sentido de reescreverem seu lugar na relação com os filhos. Nesse sentido, pode-se apontar a guarda compartilhada como uma estratégia para conduzir a responsabilização parental, evitando que o pai “naturalmente” se ausente do exercício da parentalidade e, assim, possa atender ao desejo manifestadas pelas mães de poderem compartilhar as decisões e atribuições que dizem respeito aos seus filhos, o que lhes deixaria, sem dúvida, menos sobrecarregadas.

Considerações finais

O contexto atual é caracterizado pelas inúmeras transformações pelas quais a família tem passado, sendo as famílias monoparentais femininas uma realidade cada vez mais frequente. Como em qualquer configuração familiar, há inúmeros desafios que se apresentam a essas mulheres que são chefes de suas famílias. A dupla jornada de trabalho, a dificuldade em conseguirem empregos melhor remunerados e a falta de apoio do ex-companheiro para partilhar responsabilidades, pode fazer com que as mães sintam-se sobrecarregadas devido ao acúmulo de funções.

Além destas questões, muitas participantes relataram com certa nostalgia que não constituíram a família tal como gostariam em função de hoje não comporem uma família na qual o pai se encontra presente. Nesse sentido, pode-se pensar que o apego ao modelo nuclear, muitas vezes legitimado pelos próprios meios de comunicação, poderia estar impedindo uma vivência mais plena da família, gerando sentimentos de fragilidade e insatisfação entre seus membros, como os que foram relatados pelas mães entrevistadas.

Nesse sentido, urge a realização de intervenções que deem conta das questões que se apresentam após o fim do relacionamento amoroso, em especial quando se trata de famílias de periferia urbana, as quais representam um número expressivo da realidade brasileira e são, muitas vezes, caracterizadas pela vulnerabilidade social que estão expostas. Entre as intervenções possíveis, pode-se referir o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Práticas Judiciárias da instituição na qual as pesquisadoras estão vinculadas, que oferece um serviço de acompanhamento aos pais que vivenciaram uma separação conjugal, com foco na parentalidade. Pode-se pensar ainda em serviços como os desenvolvidos pelos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), que oferecem grupos com mulheres e que podem abordar as questões que envolvem o final da relação conjugal e o exercício da parentalidade. Iniciativas como as oficinas de parentalidade destinadas aos pais em processo de separação e que auxiliam no entendimento dos papéis

e no exercício destes após a separação, também são bons exemplos de intervenções que podem ser multiplicadas, no sentido de atender as demandas dos pais no contexto da família pós-separação.

Considerando as limitações do estudo, que teve como foco somente a participação de mães, sugere-se a realização de pesquisas que abarquem a realidade das famílias monoparentais incluindo a participação de outros membros. Sugere-se ainda a realização de estudos com foco nas políticas públicas direcionadas as famílias brasileiras, sobretudo aquelas que compõem o contexto socioeconômico e cultural aqui apresentado, de forma a avaliar o alcance e a adequação de tais políticas.

Referências

- Amazonas, M. C. L. A., Damasceno, P. R., Terto, L. M. S. & Silva, R. R. (2003). Arranjos familiares de crianças das camadas populares. *Psicologia em Estudo*, 8(1), 11-20.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado – O mito do amor materno* (W. Dutra, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barbour, R. (2009). *Grupos focais*. Porto Alegre: Artmed.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (ed. rev. e amp.). (L. A. Reto & A. Pinheiro. Trad.). Lisboa: Edições 70.
- Bossardi, C. N.; Gomes, L. B.; Vieira, M. L. & Crepaldi, M. A. (2013). Engajamento paterno no cuidado a crianças de 4 a 6 anos. *Psicologia Argumento*, 31(73), 237-246.
- Brito, L. M. T. (2014). Rupturas familiares: olhares da Psicologia Jurídica. In D. M. Arpini & S. D. Cúnico (Orgs.), *Novos olhares sobre a família: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos* (pp.11-26). Curitiba:CRV.
- Cano, D. S.; Gabarra, L. M.; Moré, C. O. & Crepaldi, M. A. (2009). As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(2), 214-222.
- Carloto, C. M. (2005). A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. *Revista Virtual Textos & Contextos*, 4(2), 1-17.
- Castells, M. (1999). *O poder da identidade* (K. B. Gerhardt. Trad.). São Paulo: Paz e Terra.
- Costa, F. A. O. & Marra, M. M. (2013). Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 141-153.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.
- Cúnico, S. D. & Arpini, D. M. (2013). A família em mudanças: Desafios para a paternidade contemporânea. *Pensando Famílias*, 17(1), 28-40.
- Cúnico, S. D. & Arpini, D. M. (2014). Não basta gerar, tem que participar? Um estudo sobre a ausência paterna. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(1), 226-241.
- Freitas, W. M. F., Silva, A. T. M. C., Coelho, E. A. C., Guedes, R. N., Lucena, K. D. T., & Costa, A. P. T. (2009). Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. *Revista de Saúde Pública*, 43(1), 85-90.

- Gaskell, G. (2005). Entrevistas individuais e grupais. In M. Bauer. & G. Gaskell. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. (pp.64-89). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Grzybowski, L. S. (2002). Famílias monoparentais – Mulheres divorciadas chefes de família. In A. Wagner (Org.), *Família em cena – Tramas, Dramas e Transformações* (pp.39-53). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2010). Casa do Pai, Casa da Mãe: A coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 77-87.
- Gomes, R. (2012). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In M. C. S. Minayo. (Org.), *Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade* (pp.79-108). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hernández, A. J. C. & Pérez, C. D. S. (2009). The formation of female-headed households in poor urban sectors in Colima, Mexico: a five-case analysis. *Sociedade e cultura*, 12(2), 331-341.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2012). *Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira*. Diretoria de Pesquisas. Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE.
- Macedo, M. S. (2008). Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. *Caderno CRH*, 21(53), 385-399.
- Minayo, M. C. S. (2012). O desafio da pesquisa social. In: M. C. S. Minayo. (Org.), *Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade* (pp.09-29). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Nixon, E., Greene, S. & Hogan, D. (2012). Negotiating Relationships in Single-Mother Households: Perspectives of Children and Mothers. *Family Relations*, 61(1), 142– 156.
- Nixon, E., Greene, S., & Hogan, D. (2013). “It’s What’s Normal for Me” Children’s Experiences of Growing Up in a Continuously Single-Parent Household. *Journal of Family Issues*, 20(10), 1–19.
- Pereira, R. C. (2011). *Divórcio – teoria e prática*. Rio de Janeiro: GZ.
- Peres, V. L. A. (2001). Concepções de família em população de periferia urbana. In S. M. G. Sousa (Org.), *Infância, Adolescência e Família* (pp.217-230). Goiânia: Cãnone Editorial.
- Perucchi, J. & Beirão, A. M. (2007). Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psicologia Clínica*, 19(2), 57-69.
- Pinto, R. M. F., Micheletti, F. A. B. O., Bernardes, L. M., Fernandes, J. M. P. A., Monteiro, G. V., Silva, M. L. N., Barreira, T. M. H. M., Makhoul, A. F. & Cohn, A. (2011). Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. *Serviço Social & Sociedade*, 105(4), 167-179.
- Reis, E. F. (2010). *Varas de família – Um encontro entre Psicologia e Direito*. Curitiba: Juruá.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2013). A difícil arte de harmonizar família, trabalho e vida pessoal. In T. F. Carneiro (Org.). *Casal e Família: transmissão, conflito e violência* (pp.13-33). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem* (A. Telles. Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.

- Sarti, C. A. (1994). A família como ordem moral. *Cadernos de pesquisa*, 91(1), 46-53.
- Sarti, C. A. (2005). *A Família como espelho – um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez.
- Silva, J. M. (2010). *O lugar do pai: uma construção imaginária*. São Paulo: Annablume.
- Staudt, A. C. P. & Wagner, A. (2008). Paternidade em tempos de mudança. *Psicologia: Teoria e Prática*, 10(1), 174-185.
- Vieira, E. N. & Souza, L. (2010). Guarda paterna e representações sociais de paternidade e maternidade. *Análise Psicológica*, 4(28), 581-596.
- Wagner, A. (2002). Possibilidades e potencialidades da família – A construção de novos arranjos a partir do recasamento. In A. Wagner (Org.), *Família em cena – Tramas, Dramas e Transformações* (pp.23-38). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Wallerstein, J. & Kelly, J. (1998). *Sobrevivendo à separação: como pais e filhos lidam com o divórcio* (M. A. V. Veronese. Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Warpechowski, A. & Mosmann, C. (2012). A experiência da paternidade frente à separação conjugal: sentimentos e percepções. *Temas em Psicologia*, 20(1), 247-260.

Recebido em junho de 2014

Aceito em fevereiro de 2015

Sabrina Daiana Cúnico: Doutoranda em Psicologia pela PUCRS, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria.

Dorian Mônica Arpini: Professora Dra. Associada do Departamento de Psicologia e Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria.

Endereço para contato: sabrinacunico@yahoo.com.br